



# Anais da Assembléia

Nº 120

CURITIBA, SÁBADO, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA Nº 019 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1988.

SÁBADO

Presidência do Senhor Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Senhores Deputados Aribal Khury e Hermas Brandão. As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Aribal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Aguihart, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oquido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Neivo Beraldin, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

Requerimento:

#### REQUERIMENTO Nº 905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 7º da Resolução nº 17/67, REQUER a votação em Plenário das

Emendas de ns. 01 a 786 e de ns. 1019 a 1024, de minha autoria, ao Projeto de Lei n. 283/88.

Sala das Sessões, em 26.11.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que as referidas emendas foram rejeitadas na Comissão de Orçamento, e considerando o alto interesse social das mesmas, pois visam ao atendimento de entidades e corrigir distorções apresentadas no texto do projeto de lei em questão, vimos apresentar o presente, com base no Art. 7º da Resolução n. 17/67.

### APOIAMENTO:

José Afonso Júnior, Antônio Costenaro Neto, Werner Wanderer, Edmar Luiz Costa, Valderi Mendes Vilela e uma assinatura ilegível.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme apêndice distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 272/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 102/88), que encaminha Orçamento Plurianual de Investimentos relativo ao triênio 1989 - 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE ORÇAMENTO ao Projeto e CONTRÁRIO às EMENDAS. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Requerir verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela ordem) Senhor Presidente é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que já tinha iniciado a leitura do item 2. Esta Presidência informa que já havia sido aprovado o item 1 referente à Ordem do Dia.

Passamos ao item dois:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 283/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 108/88), que encaminha, de acordo com o disposto no art. 47 da Constituição Estadual, o Orçamento-Programa para o exercício de 1989. Com PARECER

FAVORÁVEL da COMISSÃO DE ORÇAMENTO ao Projeto e as EMENDAS ns. 1041, 1048, 1049, 1050 e 1054. REJEITANDO as demais. (Em discussão).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados aqui presentes, demais integrantes desta sessão importante deste sábado, onde estamos analisando discutindo e votando, segundo o nosso entendimento, a peça mais importante que um Legislativo tem a incumbência de aprovar ou não, na feitura do nosso compromisso de mandato.

Na primeira discussão procuramos fazer uma análise, pinçar do corpo deste projeto, objeto de mensagem governamental que destina e que estabelece regras de como será arrecadado e de como serão usados os recursos do povo do Paraná a partir de primeiro de janeiro vindouro.

Hoje, quero procurar contribuir, fazendo uma análise, já que nesta segunda discussão vamos analisar o mérito das 1.156 emendas apresentadas a esse projeto e que nós estamos, segundo a tese tão defendida, vivendo um novo momento na história dos legislativos brasileiros, aonde se procura recuperar as prerrogativas parlamentares e a tão reivindicada vontade de mexer nos números, de mexer nos orçamentos; agora na Lei Maior, ela está contemplada. O que está nos faltando é praticá-las.

Então, esse é o momento para sentirmos se, na verdade, o Parlamento paranaense está disposto a fazer uso das prerrogativas parlamentares e principalmente, que esse uso seja o uso das prerrogativas para fazer valer aquilo que é a vontade da maioria ou aquilo que é o principal para a maioria dos paranaenses.

Em síntese numérica, foram apresentadas 1.156 emendas a esse projeto que já foi comentado por este parlamentar, nesta tribuna.

Cinco tiveram parecer favorável da Comissão de Orçamento. 1048 obtiveram parecer contrário e 3 foram retiradas pelos seus respectivos autores. Esse é o resumo numérico para aqueles que não tiveram tempo de analisar os pareceres publicados pelo Diário desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, fizemos uma breve análise de todas estas emendas e gostaríamos de colocar em apreciação hoje a opinião do PT com relação aos pareceres e emendas apresentadas, tanto as que tiveram pareceres favoráveis quanto as que foram rejeitadas. E nós en-

tendemos o seguinte: que na maioria das emendas que foram apresentadas realmente assiste a razão da Comissão de Orçamento, pois a quase totalidade das emendas possuem incorreções técnicas, são inconstitucionais ou possuem objetivos meramente propagandistas! Então, à grande maioria, a Comissão de Orçamento teve razão de dizer não! Grande parte das emendas apresentadas cancelam dotações da Secretaria de Comunicação Social e transferem para entidades assistenciais. Nós entendemos que estas emendas são prolecionistas, aliás, se formos somar os recursos cancelados daquela Secretaria, da Secretaria de Comunicação Social, se fôssemos aprovar todas as emendas apresentadas na forma que elas assim foram, não temos dúvidas de que elas não justificam porque estaria sendo decretado o fim da Secretaria de Comunicação Social. Então, nós compreendemos que muitas emendas que foram rejeitadas pela Comissão de Orçamento foi com razão, porque mais de 100% de seus recursos seriam transferidos e isto significaria a sua extinção pura e simplesmente. O mérito das referidas emendas, entretanto, nós prestigiamos, o objetivo principal destas emendas foi a denúncia do montante, no nosso ponto de vista abusivo, de recursos públicos a ser utilizado com publicidade social, esse eu acho que é o mérito justificável na apresentação dessas emendas porque procura denunciar o alto índice de recursos do Estado que está sendo destinado para fazer publicidade oficial, aliás publicidade oficial que na sua maior parte vai servir para pagamento de terceiros.

Nós queremos dizer que há exceções. As emendas sob os números: 1020, 1023, 1026, 1027 e 1031, portanto cinco emendas, todas elas limitam a autorização para o Executivo proceder à abertura de créditos suplementares ou antecipação de receitas em 10% contra os 35% solicitados pelo Governo; essas emendas que foram rejeitadas nós julgamos injusta, porque são emendas que têm justificativas legais e morais para que fossem discutidas por este Parlamento e para que fossem aprovadas, porque não justifica mais em tempos novos o Executivo ter 35% do Orçamento, para que ele possa usar o procedimento de abertura de crédito suplementar a título de antecipação de receita.

Portanto, essas emendas, lamentamos que elas tenham recebido o parecer contrário.

O argumento utilizado pela Comissão de Orçamento para dar base ao parecer contrário, não procede, diz a Comissão: "O acolhimento dessas emendas significaria, na prática, a paralisação das atividades dos Órgãos da Administração direta", tal justificativa não pode ser aceita a não ser

que o Orçamento tenha sido elaborado positivamente com dados irreais.

Quer dizer, se nós temos que aprovar 35% de antecipação de receita, subentende-se que esse Orçamento apresentado aqui não é correto. Não está prevendo a realidade, o que por consequência está mascarando a Lei de meios, e disfarçando as reais prioridades do Governo.

Então, esse é um motivo a mais para nós desconfiarmos e reduzirmos o percentual de antecipação que está sendo proposto pelo Executivo. Se prevalecer a solicitação do Poder Executivo, nós vamos ver já a partir de janeiro, como aconteceu neste ano que finda, a edição de infundáveis decretos, promovendo suplementações orçamentárias, de acordo com os critérios próprios ou conveniências próprias do Executivo, sem controle e sem acompanhamento do Poder Executivo.

Então, nós do Partido dos Trabalhadores, estranhamos e não podemos concordar com o parecer da Comissão de Orçamento que não concorda com cinco emendas de diferentes Parlamentares, que todas estabelecem um limite de 10% de antecipação de receita para o próximo ano.

Faz-se necessário reduzir o percentual autorizado para suplementação, como uma das formas de restabelecer o equilíbrio dos Três Poderes, porque senão nós continuaremos tendo um Poder Executivo forte, e um Poder Legislativo que continua ajoelhado, diante do Poder Executivo.

A bem da verdade, o Orçamento da Administração direta corresponde aproximadamente um terço apenas dos recursos geridos do Estado.

Se aprovarmos o Orçamento como está sendo proposto, estaremos aprovando uma mera peça formal, as prioridades nele colocadas absolutamente nada significarão, em função da possibilidade real do Executivo desfigurá-lo totalmente em sua execução, destinando os recursos supervenientes na forma como bem lhe aprouver, tornando a sua discussão e aprovação nesta Assembleia, uma verdadeira encenação, um jogo de sena, para não dizer uma palhaçada ou um formalismo insignificante.

A outra emenda apresentada sob o número 1025, que propõe na aprovação dos orçamentos da Administração indireta, por esta Assembleia, como determina a nova Constituição do Brasil recebeu o parecer contrário sob a justificativa de que viria inviabilizar as ações administrativas dos órgãos articulados nos meses de janeiro, fevereiro e março, em consequência do recesso parlamentar.

Com todo o respeito que temos à Comissão de Orçamento, nós não podemos concordar com tal afirmação. Compreendemos que se é possível convocar a Assembleia Legis-

lativa num sábado, para votar orçamento, não é difícil convocar a Assembleia Legislativa no final de janeiro ou em fevereiro, ou em março, para aprovar a vontade do Executivo, apreciar a vontade do Executivo aqui neste Parlamento. Portanto, há um motivo que não justifica. Se dá para reunir este Parlamento hoje, é possível reuni-lo na segunda, na terça, na quarta, na quinta, na sexta, no sábado ou no domingo. Todos nós estamos recebendo um salário e estamos tendo condições para trabalhar, creio eu. Então, não é este o motivo que justifique o parecer contrário nessa emenda de nº 1025. E a justificativa da racionalidade administrativa, a Comissão deixou de acatar, também, entre outras, a Emenda de nº 1030. O que pretendia esta Emenda? Apenas e tão somente evitar a possibilidade de centralização dos recursos destinados à propaganda oficial e as subvenções sociais na Secretaria da Comunicação Social e na Casa Civil, respectivamente, para posteriormente serem aplicados. Na verdade, o que se pretendia era acabar com a dissimulação de recursos com a mesma finalidade em outras rubricas, porque é cômodo dizer que o Governo gastará "X" cruzados em propaganda, quando outros recursos estão embutidos em outras rubricas, apenas esperando a centralização. Isto não é racionalidade administrativa, mas sim, uma forma de mascarar a lei orçamentária. Essa Emenda, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, e que me perdoe a Comissão de Orçamento, não poderia de forma nenhuma receber parecer contrário, porque já é hábito nas administrações. E deveria ser hábito numa administração moralizante ou mais moralizante possível, de que o Orçamento transparecesse a realidade dos gastos públicos.

Agora, no artigo 8º da Lei de Orçamentos, onde autoriza o Poder Executivo a centralizar na Casa Civil, a centralizar na Comunicação Social os recursos de toda a Administração direta e destinado aos Municípios, isso é procurar pulverizar recursos para depois centralizar, quando há a necessidade de centralizá-los. Portanto, o não acatamento das emendas propostas significa nada mais e nada menos, do ponto de vista do PT nesta Casa, a subserviência da Comissão de Orçamento e da bancada governista à bancada palaciana. Significa, também, a renúncia às prerrogativas parlamentares constitucionais, recentemente aprovadas, e recentemente promulgadas pela Lei Maior deste País.

É esta a conclusão a que o Partido dos Trabalhadores chegou diante de tal postura, com tais emendas apresentadas neste Projeto de Lei 283, do Orçamento de 1989.

Concedo aparte ao Deputado Germote Kirinus, Presidente da Comissão de Orçamento

desta Casa.

O Sr. Gernote Kirinus: Nobre Deputado a função da Comissão de Orçamento é fazer uma análise breve das emendas acatadas ou rejeitadas, isto é, acatá-las ou rejeitá-las. No entanto, não é ela que dá seu parecer definitivo. V. Ex.<sup>a</sup> bem sabe que se quiser, poderá reapresentar as suas emendas em Plenário, desde que colha 18 assinaturas de Deputados. Ora, existem mais de 18 Deputados na Bancada da Oposição. Poderia até conseguir assinaturas de Deputados governistas, para que Vossa Excelência pudesse rediscutir estas emendas em Plenário.

Portanto, eu não gostaria que ficasse a culpa toda jogada na Comissão de Orçamento, que se reuniu com quorum mínimo, porque, exatamente não conseguimos ter todos os Deputados presentes, em função das eleições que estavam em pleno jogo.

No entanto, V. Ex. tem outra oportunidade na Emenda sobre as Estatais, a apreciação das Estatais, diga-se de passagem, que a originalidade desta Emenda não é somente do PT, nós aprovamos, aqui nesta Casa, por sugestão do Deputado Roberto Requião, uma Emenda que colocava "ad referendum", V. Ex. coloca: - Aprovação, portanto existe já o espírito de acatamento desta Emenda. No entanto, a justificativa maior da Comissão do Orçamento não foi a de inviabilidade prática, um dos argumentos que V. Ex. analisou e refutou, mas foi de que, se esta Emenda foi votada neste Orçamento, ela tem validade apenas para este Orçamento de 1989, mas se nós a transformamos numa peça constitucional, da Constituição do Estado, ela terá validade permanente. Então, acredito que Vossa Excelência poderá esperar a oportunidade de entrar novamente com o instrumento legal, na Constituição do Estado, portanto, não queira sacrificar somente a Comissão de Orçamento, que realmente teve muita dificuldade, ofereceu vários seminários aos Srs. Parlamentares, para que se preparassem, com professores da Universidade, com o Diretor do Orçamento do Estado, Dr. José Carlos, com o Professor Abdo Baclini, dos Estados Unidos, que estava aqui e aproveitamos a oportunidade. Foi oferecido, realmente, várias vezes, através da Comissão de Orçamento, oportunidade para que os Deputados pudessem se preparar e realmente usar as suas prerrogativas. Se não foi suficientemente aproveitado, eu entendo perfeitamente que foi tumultuado pela eleição deste ano, mas acredito que, no próximo ano a Comissão de Orçamento terá, da Mesa Executiva, uma equipe mais preparada, com cursos, e poderá recuperar as prerrogativas dos Parlamentares através de emendas qualificadas que poderão ser destinadas

não só no Orçamento mas também na Constituição.

V. Ex.<sup>a</sup> perdoe-me, mas a Comissão de Orçamento fez o seu papel e pode ser contestado pelo Plenário, é o instrumento que V. Ex.<sup>a</sup> tem e que não está fazendo uso, apenas critica a Comissão de Orçamento. Obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço a sua participação, apesar que não posso concordar com as suas explicações porque nós julgamos que se existe má-vontade agora de começarmos a ter um Orçamento sob uma nova visão, eu não acredito que estes mesmos terão, no processo Constituinte Estadual que já está tramitando, já está em vigor, então nós já teríamos que começar a praticar isto nesse Orçamento, porque serão os mesmos que estarão presentes no processo Constituinte Estadual, embora louve, nós vamos defender e isso tem que ser uma prerrogativa Constitucional e tem que constar no princípio Constitucional da Constituição do Estado do Paraná estas iniciativas. Nós poderíamos muito bem ir, desde já, praticando no próximo Orçamento de 1989!

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência já se considera derrotado?

O SR. PEDRO TONELLI - Ainda não, porque o Partido dos Trabalhadores e os partidos de oposição terão maioria nesta Casa. Eu não me considero derrotado porque a maioria do povo brasileiro tem juízo, e um dia esta Casa terá aqui representada a vontade da maioria, então eu não me considero derrotado não, mas, o momento atual é esse, lamentavelmente!

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, digo também ao nobre Deputado Gernote Kirinus que as emendas estão aqui para serem reapresentadas com 18 assinaturas, vamos usar todas as tentativas e V. Ex.<sup>a</sup> já está convocado para subscrever aquelas que V. Ex.<sup>a</sup> achar justas, que estão aqui e em breve, após meu pronunciamento eu estarei coletando assinaturas, colocarei à disposição de todos os Parlamentares que aqui estão para subscrever, e a sua assinatura nos honraria, para que rediscutíssemos aquilo que é de importância de todo o Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, fiz uma breve avaliação das emendas rejeitadas, por uma comissão, creio eu, muito importante desta Casa, que é a Comissão de Orçamento, mas não espero a mesma coisa deste Plenário. Por isto, dirijo-me a este Plenário, para que o mesmo seja mais aberto, mais compreensivo, mais realista do que foi a Comissão de Orçamento no tratamento a proposições de todos os Parlamentares

que compõem este Parlamento.

Agora, quero me referir às emendas que receberam parecer favorável pela Comissão de Orçamento. São 5, 5 emendas. Vejam só: das 5 que receberam parecer favorável, quatro delas de autoria do Deputado que é Presidente da Comissão de Orçamento, e dentre estas, 2 emendas realocando recursos com as mesmas características das dezenas de outras, que talvez por antipatia pessoal do autor foram rejeitadas, com os mesmos vícios, com as mesmas constatações e com as mesmas alegações daquelas que foram rejeitadas, dos outros Parlamentares. Duas delas que realocam recursos, essas receberam parecer favorável da Comissão de Orçamento. Eu pergunto a este Plenário: por que será que então todas não foram rejeitadas, todas que tinham as mesmas características? Por que que as duas do Deputado, membro-Presidente, que têm os mesmos defeitos, os mesmos vícios, foram acatadas e as outras não? Eu não entendo como isso é possível! Não se trata evidentemente da pretensão de cassar as prerrogativas parlamentares do Presidente da Comissão de Orçamento. Porém, reclama-se da distinção estabelecida entre os componentes desta Casa. Parece que aqui restabeleceu-se a velha tese, de que todos são iguais, só que uns bem mais iguais do que os outros. Parece-me que é isto que está acontecendo aqui.

A 5.<sup>a</sup> emenda, a emenda número 1041, com parecer favorável, nós achamos que é uma emenda escandalosa. Quiçá não fosse subscrita pelo Presidente, pelo Primeiro Secretário, o seu destino seria como as outras, aliás, o destino de 99,53% das emendas apresentadas. Em que pese, ela seria autoritária, ela é inconstitucional, pois não indica os recursos necessários para o repasse pretendido, que determina o artigo 166 do parágrafo 3.<sup>o</sup> da Constituição Federal. Tão pouco, atende a Constituição que determina ser possível apenas as emendas provenientes de anulação de despesa, trabalho que os autores não se deram ao luxo de apresentar. Portanto, essa emenda não é possível, não compreendemos como uma emenda desse tipo pode receber parecer favorável. No entanto, recebeu parecer favorável. Ora! Tais evidências demonstram a distinção que existe entre os Parlamentares, o que evidentemente, não atinge a Bancada dos 37. Pois, pouquíssimos foram os peemedebistas que se deram ao trabalho de apresentar emendas, dando-se por satisfeitos com a versão palaciana e com o servilismo e a subserviência da Comissão de Orçamento. Portanto, continua aquilo que nós já esperávamos superado, continua o rolo compressor, continua a subserviência ao Executivo, e as prerrogativas parlamentares não estão sendo praticadas neste

Parlamento pela prática de apresentação, de sugestões, de avaliação, de discussão, e, espero que não, mas, creio eu, nas votações também desse orçamento anual.

Motivo pelo qual, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e que esse parlamentar ainda acredita na compreensão e no bom-senso deste Plenário; e nos encorajamos a começar coletar assinaturas dos nobres Pares que compõe este Parlamento, para que nós possamos discutir e votar 4 Emendas, que quero apresentar aqui um resumo neste momento, que acho são de suma importância para todo o Paraná, para todos os paranaenses; é de importância para o Poder Legislativo, para o Poder Executivo e é de importância para todos nós.

Uma Emenda ao Projeto de Lei 283, altera o "caput" Artigo 5, do Projeto de Lei 283/88, que passa a ter a seguinte redação: Artigo 5.<sup>o</sup> - as autarquias, empresas públicas, fundações, instituídas pelo Estado, empresas de economia mista, e os órgãos de regime especial terão, na forma do Artigo 107, da Lei n.<sup>o</sup> 4.320/64, os seus orçamentos aprovados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós julgamos, e concluímos que o orçamento da administração direta do Estado corresponde, quando muito a 1/3 do total de receitas e despesas do Estado; o que significa, na prática, a diminuição do poder fiscalizador do Executivo, ou melhor, do Legislativo, em frontal desequilíbrio com o Poder Executivo distorcendo a teoria da tripartição dos Poderes: O Poder Legislativo Estadual de apenas referendar os orçamentos da Administração Indireta aprovados por Decreto do Governador, só aprofunda o desequilíbrio apontado.

Em boa hora, a nova Constituição do Brasil estabelece as prerrogativas do Poder Legislativo subtraídas pelo autoritarismo, devendo a competência relativa, referente a iniciativa de leis, em matéria financeira. Além disso, a nova Constituição do Brasil Artigo 165, § 5.<sup>o</sup>, item 1 determina que a própria Lei Orçamentária deve compreender os orçamentos fiscais e de investimentos da administração Indireta. Não podemos furtar a aprovar a presente medida, em função da justificativa de que o recesso parlamentar de janeiro a março impediria a aprovação dos referidos orçamentos, e causaria transtornos às empresas.

Nada impede que a Assembléia Legislativa funcione extraordinariamente no cumprimento do seu dever. Nesse contexto, a prerrogativa do Legislativo é irrenunciável. Não podemos deixar de aprovar a destinação da maior parte dos recursos públicos. Por isso, é que vou tentar reapresentar essa Emenda através da subscrição, como diz o nosso Regimento, como diz a Reso-

lução de, no mínimo, um terço dos parlamentares, que compõem este Parlamento.

Outra Emenda que acho de suma importância, que nós vamos tentar reapresentá-la: o objetivo dessa Emenda é tentar suprimir o Artigo 8 do Projeto de Lei nº 283; com esse dispositivo, o Poder Executivo poderá centralizar todas as dotações orçamentárias destinadas à propaganda, à divulgação, na Secretaria de Comunicação Social, bem como às subvenções sociais e transferências a municípios da Casa Civil.

Ora, tal pretensão só possui dois objetivos: aumentar o poder de barganha do Chefe do Executivo e camuflar a destinação dos mesmos recursos dispersos nos órgãos da Administração direta, quando da elaboração do orçamento anual. Além disso no que se refere às verbas destinadas a propagandas. A Constituição Federal proibiu, proibiu sabiamente, toda a forma de propaganda oficial que objetive promoção pessoal, de forma que doravante o Governo não disporá mais de verbas para essa prática desenvolvida num passado recente.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apelamos para que subscrevamos, para discutirmos e votarmos, porque é de extrema importância. Vamos desmaquiar este Orçamento e vamos, nós do Legislativo, fiscalizar os recursos e não mais permitir que os recursos públicos do Estado do Paraná sejam usados para descumprir a Nova Constituição e usar para projetar, para propagandear pessoas que estão no Governo. Isto está proibido pela Constituição e é por isso que nós temos que, nessa votação do orçamento, revogar o artigo 8º.

Outra Emenda que nós propomos é o artigo 9º do Projeto 283, que tem a seguinte redação: Fica o Poder Executivo autorizado a créditos suplementares até o limite de 10% das dotações orçamentárias iniciais cobertas com a receita do recolhimento centralizado, servindo como recursos para tais suplementações quaisquer das formas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei 4320/64. O orçamento anual deve ser o mais próximo da realidade possível, ainda que se constitua numa previsão. Como na previsão orçamentária já está embutida uma expectativa inflacionária superior a 600% os recursos alertados devem corresponder à realidade desta forma não há necessidade de uma margem maior para suplementação. Além do que se evitará o abuso cometido no exercício de 88, quando já em meados de janeiro de 88, o Executivo começou a baixar decretos suplementando o orçamento. Portanto, é necessário que nós reduzamos para 10%, segundo a nossa vontade, a suplementação de recolhimento centralizado do Orçamento do Estado do Paraná.

Outra emenda vem no mesmo sentido, é o parágrafo 2º do artigo 5º. No parágrafo 2º

diz o seguinte: Acatadas as disposições dos artigos 40 a 46 da Lei Federal de nº 4320/64, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 10% nos orçamentos próprios das entidades referidas no "caput" desse artigo sobre as dotações orçamentárias iniciais cobertas com receitas do recolhimento descentralizado.

É sobre os motivos anteriormente alegados, porque ao dispor que a Lei Orçamentária deve conter os orçamentos fiscais e de investimentos da administração indireta, a Constituição Federal equipara para efeito de apreciação e aprovação os orçamentos da administração direta e indireta. Então, no orçamento anual da administração direta é obrigatório constar, desde que o Executivo queira, o limite percentual para suplementação sem nova autorização Legislativa. Assim sendo, a Assembléia Legislativa deve impor limitações também nesse caso.

Essas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, são as quatro emendas que nós julgamos as mais importantes que foram rejeitadas, das 1052 que foram rejeitadas, essas são, ao nosso ver, as mais importantes que nós gostaríamos que fossem subscritas e que fossem discutidas e votadas com seriedade, com maturidade, e eu acredito que será, por este Plenário.

Era isto, Senhor Presidente, era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrada a discussão e votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei 283/88 com as emendas nele contidas, rejeitando as demais, permaneçam como estão. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 905, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio dos Srs. Deputados Antônio Costenaro Neto, José Afonso Júnior, Werner Wanderer e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 28, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 272/88, 283/88.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 120/88, 127/88, 172/88.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 01/87, 08/88, 307/88, 308/88, 311/88,



312/88, 313/88, 314/88, 315/88, 316/88, e das Proposições nºs 109/88, 108/88.

Levanta-se a sessão.

**C.P.I. DO POLO DE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA-PIC**  
**11.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de um mil, novecentos e oitenta e oito, às 9:00 horas, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa verificar a extinção do Polo de Integração da Criança e da Escola Manoel da Silveira D'Elbeaux, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Furiatti e contando com as presenças dos Senhores Deputados Raul Lopes e José Domingos Scarpellini, membros titulares desta Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aprovada a ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada, anteriormente se ser lida a pedido dos membros presentes. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos, apresentando os depoentes; Paulo Massoca, administrador da Freguesia do Pinheirinho da Prefeitura Municipal de Curitiba, Martinho Faust, Presidente da AECIC, e Neusa Maria do Carmo Pulpi. Em seguida, o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores depoentes, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual, para produzir os efeitos legais, lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Idília Débora Gineste, Secretária da Comissão.

(aa) PAULO FURIATTI  
 Presidente  
 IDÍLIA DÉBORA GINESTE  
 Secretária.

**CPI DO POLO DE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA-PIC**  
**11.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de um mil, novecentos e oitenta e oito, às 9:00 horas, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa verificar a extinção do Polo de Integração da Criança-PIC e da Escola Manoel da Silveira D'Elbeaux, sob a presidência do Senhor Deputa-

do Paulo Furiatti e contando com as presenças dos Senhores Deputados Raul Lopes e José Domingos Scarpellini, membros titulares desta Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, sendo aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida foram tomados os depoimentos de Paulo Roberto Massoca, Neusa Culpi e do Senhor Secretário de Estado da Educação, Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos presentes, declarando encerrada a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais lavei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados presentes, e por mim, Idília Débora Gineste, Secretária da Comissão.

(aa) PAULO FURIATTI  
 Presidente  
 IDÍLIA DÉBORA GINESTE  
 Secretária.

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**  
**ATA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO**  
**REALIZADA EM 26.11.88.**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e oito, sob a presidência do Deputado Gernote Kirinus, contando com a presença dos senhores Deputados: Homero Oguido, Nestor Baptista e Tadeu Lúcio Machado, reuniu-se a Comissão de Orçamento, na sala de reunião das Comissões para, de acordo com o art. 10 da Resolução nº 17/67 redigir o Projeto de Lei nº 283/88, de acordo com o deliberado em 2.ª votação. Redigido o Projeto, de acordo com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, encontra-se o mesmo em condições de ser votado em terceira e última votação. O Projeto de Lei nº 272/88 (Orçamento Plurianual de Investimentos) não sofrendo alterações em decorrência de emendas, encontra-se também, em condições de ser votado em 3.ª e última votação. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos encerrando a presente reunião. Da qual, eu, Ayrton Alves Aranha, lavei a presente ata que, lida e achada conforme vai assinada por todos os membros presentes.

Sala das Comissões, em 26.11.88.

(aa) GERNOTE KIRINUS  
 HOMERO OGUIDO  
 TADEU LÚCIO MACHADO  
 NESTOR BAPTISTA.